

Respostas Anglo American (21/02/2021)

1 – Na visão da Anglo, qual o motivo para a queda do porto?

A Anglo American realizou estudos com profissionais de instituições respeitadas e independentes do Brasil e do Exterior, como a Universidade de São Paulo (USP), a PUC-Rio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade de Toronto, no Canadá. Todos esses estudos apontam que o acidente não envolveu qualquer causa cuja responsabilidade possa ser imputada à empresa. Ele foi decorrente de um tipo de solo cuja ocorrência era, até então, desconhecida no hemisfério sul e que cedeu por causas naturais.

2 – O laudo da Politec aponta para peso elevado na área que desabou. Como a Anglo avalia isso?

A Anglo American já apresentou na Justiça laudos de especialistas brasileiros e internacionais indicando que houve um colapso abrupto e inesperado do solo no porto e que o acidente se deu por causas naturais, absolutamente imprevisíveis, sem qualquer responsabilidade da empresa. Em ação proposta pelo Ministério Público do Trabalho do Amapá, o perito escolhido pela juíza declarou formalmente que nunca houve estoque de minério às margens do rio Amazonas. As pilhas ficavam em locais adequados e licenciados para tal

3 – O que a Anglo forneceu de assistência às famílias dos mortos no acidente? E por quanto tempo?

Imediatamente após o ocorrido, de forma proativa, a Anglo American efetuou pagamento de indenizações e prestou assistência às famílias e segue atuando desta forma até hoje. Desde 2013, ou seja, logo após o acidente, a Anglo American começou a pagar as indenizações, os planos de saúde e odontológico das esposas e dos filhos dos trabalhadores falecidos e continuará pagando até 2023. Além disso, garantiu e garante a educação de todos os filhos das famílias impactadas até que concluíam o primeiro curso de graduação.

Além disso, A partir de 2018, melhoramos e majoramos a assistência às famílias, atendendo demandas como mudança de plano de saúde e inclusão de alguns custos escolares, como curso de línguas, transporte escolar. Essa revisão do acordo de assistência melhorou o apoio que já existia. Dos 25 familiares envolvidos, 24 já assinaram esses novos acordos com a Anglo American.

Importante dizer que todos os acordos feitos seguiram os princípios de equidade e justiça – ou seja, buscamos garantir que o apoio oferecido obedecesse a uma regra justa e equilibrada. Não há, por esses motivos, nenhuma ação judicial em curso onde se discuta essa questão

4 – A Anglo já pagou os valores deste acordo

<https://www.mpap.mp.br/noticias/gerais/anglo-vai-pagar-47-milhoes-por-danos-ambientais-e-sociais-em-acordo-firmado-com-o-ministerio-publico-estadual-e-federal> ?

Sim. Os R\$ 47 milhões acordados para os municípios de Santana, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio já foram depositados judicialmente e serão utilizados em obras estruturais devidamente fiscalizadas pelo Ministério Público Federal e pelo MP Estadual.

5 – Por que a Anglo decidiu se desfazer do projeto Amapá e vender à Zamin?

Em uma revisão global de seu portfólio realizada em 2012, a mina no Amapá foi considerada como ativo não essencial no Brasil, uma vez que a empresa estava focando esforços no desenvolvimento do Minas-Rio. Dessa forma, a operação foi colocada à venda e teve a Zamin como principal interessada. O contrato de venda foi assinado no final de 2012, e operação foi concluída em dezembro de 2013.

6 – A CPI da Alap aponta que seis meses antes da transação, a Zamin possuía um contrato social de R\$ 500. A Anglo, para poder efetivar o negócio, cedeu seus ativos à Zamin, para que esta pudesse contrair um empréstimo em um banco internacional onde o dinheiro foi repassado diretamente para as contas da Anglo. Fonte:

http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=exibir_noticia&idnoticia=9863

Qual a posição da Anglo sobre isso?

A Anglo American não possui relação com a Zamin. São empresas independentes, com estruturas acionárias distintas. À época da realização do negócio, a Zamin operava uma mina de minério de ferro no Amapá, outra na Bahia e estava iniciando projeto no Uruguai e anunciou planos para expansão de suas atividades. A venda foi uma operação legítima, que seguiu rigorosamente a legislação. A operação foi analisada e aprovada pela Assembleia Legislativa do Amapá e também pelo poder executivo daquele Estado, uma vez que também envolvia a transferência da concessão do uso de uma ferrovia estadual, a Estrada de Ferro Amapá – EFA..

Além disso, a Anglo American possui ação judicial contra a Zamin por conta de prejuízos causados em decorrência da decisão de não continuar com a operação no Amapá e com indenizações devidas pela Zamin que foram indevidamente cobradas da Anglo American. Esse processo tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo